



## PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

### 001. PROVA OBJETIVA

#### AGENTE DE FISCALIZAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 2 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

**AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.**

Nome do candidato \_\_\_\_\_

RG \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

Carteira \_\_\_\_\_



## CONHECIMENTOS GERAIS

### LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira a seguir para responder às questões 01 e 02:



(Caetano Cury, Téo & o mini mundo: o lugar do outro)

01. Assinale a alternativa que apresenta informação correta a respeito da tira.

- (A) Em “negam que podem **morrer**”, a palavra destacada foi empregada em sentido figurado.
- (B) Em “**morrendo**... de medo”, a palavra destacada foi empregada em sentido figurado.
- (C) Em “**Algumas** pessoinhas”, a palavra destacada é sinônimo de “quaisquer”.
- (D) Em “pessoinhas **corajosas**”, a palavra destacada é sinônimo de “zelosas”.
- (E) Em “**No fundo** elas estão”, a expressão destacada expressa circunstância de modo.

02. Em “Algumas pessoinhas corajosas negam que **podem** morrer.”, o verbo destacado pode ser substituído, preservando o sentido original e a correção gramatical, por:

- (A) teriam podido
- (B) podia
- (C) puderam
- (D) possam
- (E) pudesse

Leia o texto a seguir para responder às questões de 03 a 06:

### Medo e coragem

Estamos habituados a considerar a coragem a ausência de medo. “Fulano é corajoso, não tem medo de nada!”. Bem, uma pessoa assim pode ser admirável, mas não penso que a palavra “coragem” seja a mais adequada para qualificar um temerário. Sim: aquele que não teme nada é chamado “temerário”. Pode cometer loucuras, colocar-se em grandes riscos, não porque saiba enfrentar seus medos, e sim porque os ignora.

Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas. Há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos – e também uma boa dose de generosidade – nesses que pulam no abismo para tentar salvar alguém que está caindo. Morrerá, certamente, junto com aquele que tentou resgatar. Se o temerário não pode ser confundido com o corajoso, várias vezes age por impulsos cegos de generosidade.

Mas a coragem, a meu ver, exige uma volta a mais no parafuso da impetuosidade. Não se trata de ignorar o perigo, e sim de enfrentá-lo. Enfrentar perigos com cuidado, com astúcia, lançando mão de todos os recursos possíveis diante de uma situação ameaçadora – a isso quero chamar de coragem.

(Maria Rita Kehl, “Medo e coragem”, *Revista E*. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/editorial/sobre-a-coragem/>. Adaptado)

03. Assinale a alternativa que apresenta uma definição de “coragem” de acordo com a ideia da autora do texto.

- (A) Habilidade de agir de forma imprudente, assumindo os riscos sem preocupação.
- (B) Sabedoria para discernir quando se deve ou não se opor a algo.
- (C) Espírito destemido capaz de tomar atitudes extremadas e impetuosas.
- (D) Discernimento para refletir sobre os perigos passados e evitá-los no futuro.
- (E) Capacidade de encarar situações de perigo com cautela e inteligência.

04. Assinale a alternativa que apresenta informação correta a respeito do emprego de sinais de pontuação no texto.

- (A) Em “... pode ser admirável, mas não penso que a palavra ‘coragem’ seja a mais adequada...” (1º parágrafo), a vírgula é opcional.
- (B) Em “– e também uma boa dose de generosidade –” (2º parágrafo), os travessões servem para isolar uma exemplificação.
- (C) Em “... lançando mão de todos os recursos...” (3º parágrafo), é opcional a inclusão de uma vírgula depois da palavra “mão”.
- (D) Em “Morrerá, certamente, junto com aquele que tentou resgatar” (2º parágrafo), as vírgulas são opcionais.
- (E) Em ““Fulano é corajoso, não tem medo de nada!”” (1º parágrafo), as aspas indicam a citação de uma pessoa entrevistada pela autora do texto.

05. Na frase “Estamos habituados a considerar a **coragem a ausência de medo**” (1º parágrafo), o trecho destacado pode ser substituído, mantendo o sentido original, por

- (A) coragem na ausência de medo.
- (B) coragem para a ausência de medo.
- (C) coragem como a ausência de medo.
- (D) coragem sobre a ausência de medo.
- (E) coragem da ausência de medo.

06. Considere o seguinte trecho do 2º parágrafo:

- “Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas. Há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...”

Mantendo o sentido original e a correção gramatical, esse trecho pode ser reescrito como:

- (A) Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas, **visto que** há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...
- (B) Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas, **onde** há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...
- (C) Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas, **no entanto** há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...
- (D) Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas, **para a qual** há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...
- (E) Não devemos, por isso, desqualificar a impetuosidade dessas pessoas, **assim** há muita pulsão de vida, muita vontade de não ficar à margem dos acontecimentos...

Leia o texto a seguir para responder às questões de 07 a 09:

### Fotografia

O francês Joseph-Nicéphore Niépce (1765-1833) ajudou a iniciar o ramo da fotografia, na primeira metade do século 19, capturando a primeira imagem fotográfica fixa.

Niépce chegou \_\_\_\_\_ fotografia graças \_\_\_\_\_ seu interesse por litografia, o processo de copiar desenhos à mão sobre pedra, imprimindo-os depois sobre papel. Empregando \_\_\_\_\_ habilidades artísticas do filho, Niépce estabeleceu uma próspera empresa na área. Mas, quando seu filho foi recrutado pelo exército francês, ele subitamente perdeu seu desenhista.

Forçado a usar sua capacidade inventiva, uma vez que não tinha qualquer talento artístico, Niépce concebeu um processo que dispensava o desenhista – ele utilizava a luz ambiente para fixar uma cena em filme. Para isso, Niépce usou vidro recoberto por um tipo de asfalto que se torna solúvel em água quando exposto a uma quantidade suficiente de luz. Sua primeira fotografia mostrava um terreiro visto da janela superior de sua casa de campo. Foi necessário tanto tempo para obter uma exposição adequada para capturar a imagem que as sombras das árvores se moveram à medida que o sol avançou pelo céu da tarde. A foto saiu bastante borrada, mas Niépce havia aberto a porta para uma nova indústria.

(Marcelo Duarte, *O livro das invenções*. Adaptado)

07. Em conformidade com a norma de emprego do sinal indicativo de crase, as lacunas do 2º parágrafo devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) a ... à ... as
- (B) à ... a ... as
- (C) à ... à ... as
- (D) a ... a ... às
- (E) à ... à ... às

08. A partir das informações presentes no texto, é correto afirmar que Joseph-Nicéphore Niépce

- (A) considerava a fotografia superior aos desenhos, motivo que o fez abrir mão do trabalho artístico do filho.
- (B) conseguiu produzir apenas uma imagem borrada das árvores, o que fez com que sua invenção não fosse valorizada na época.
- (C) buscava a fixação de uma imagem em um suporte, como uma alternativa aos desenhos, para usá-la em seu trabalho de litografia.
- (D) foi o inventor da primeira câmera fotográfica moderna, o que lhe possibilitou construir sua própria indústria.
- (E) recusou-se a utilizar uma máquina fotográfica, preferindo desenvolver as técnicas manuais de fotografia inspiradas pela litografia.

09. Considere as seguintes frases do 3º parágrafo:

- “Forçado a usar sua capacidade inventiva, **uma vez que** não tinha qualquer talento artístico, Niépce concebeu um processo que dispensava o desenhista...”
- “... as sombras das árvores se moveram **à medida que** o sol avançou pelo céu da tarde.”

É correto afirmar que as expressões destacadas expressam, respectivamente, as ideias de

- (A) causa e proporção.
- (B) causa e explicação.
- (C) consequência e tempo.
- (D) consequência e proporção.
- (E) tempo e explicação.

10. Assinale a alternativa redigida em conformidade com a norma-padrão de concordância.

- (A) Houveram momentos difíceis na vida de Niépce que o fez ter de encontrar soluções inovadoras.
- (B) Niépce entendeu como necessário a busca por uma tecnologia que substituisse o desenhista.
- (C) Foi enorme as contribuições de Niépce ao desenvolvimento da tecnologia fotográfica nos anos seguintes.
- (D) O filho de Niépce tinha bastantes habilidades, mas fora convocado para o exército francês.
- (E) Realizou-se muitos testes com reações químicas até que se entendeu como as imagens são reveladas.

## MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Sobre um débito no valor de R\$ 180,00, foi aplicada uma multa de 14%. Do valor dessa multa, 25% são destinados a custear despesas administrativas do órgão aplicador da multa, o que corresponde ao valor de

- (A) R\$ 0,63.
- (B) R\$ 7,02.
- (C) R\$ 19,80.
- (D) R\$ 1,98.
- (E) R\$ 6,30.

12. Duas equipes, A e B, de fiscais contam, respectivamente, com 2 e 5 fiscais em cada uma. Essas duas equipes foram incumbidas de fiscalizar 91 estabelecimentos no total. Se esse número for dividido entre as duas equipes de modo que as quantidades de estabelecimentos a serem fiscalizados por cada uma sejam diretamente proporcionais aos números de fiscais em cada uma, então a equipe B receberá, a mais que a equipe A,

- (A) 37 estabelecimentos.
- (B) 39 estabelecimentos.
- (C) 38 estabelecimentos.
- (D) 35 estabelecimentos.
- (E) 36 estabelecimentos.

13. O rendimento médio de um veículo se refere à distância média que ele é capaz de percorrer por unidade de volume de combustível consumido.

Um veículo consumiu 37,8 litros de combustível para percorrer, no total, 434,7 quilômetros. O rendimento médio desse veículo, para o trajeto considerado, é igual a

- (A) 11,5 quilômetros por litro de combustível.
- (B) 10,2 quilômetros por litro de combustível.
- (C) 8,6 quilômetros por litro de combustível.
- (D) 12,1 quilômetros por litro de combustível.
- (E) 4,6 quilômetros por litro de combustível.

14. Certo número  $N$  de fiscais de um Estado foi designado para realizar uma tarefa especial. Esse grupo de  $N$  fiscais poderá ser subdividido em grupos com 12, ou com 20, ou com 25 fiscais em cada um; e qualquer que seja a opção feita, nenhum fiscal ficará de fora dos grupos. Sabendo que  $N$  é um número menor que 400, é correto afirmar que a soma dos algarismos de  $N$  é igual a

- (A) 4.
- (B) 5.
- (C) 3.
- (D) 6.
- (E) 7.

15. Agnaldo é o responsável pelo departamento logístico da prefeitura de certa cidade. Ele fará a encomenda de algumas caixas de papelão, todas de mesmo tamanho e em forma cúbica, para transporte das mercadorias da repartição. Para transportar essas caixas, ele usará uma caçamba cujo interior tem a forma de um paralelepípedo retângulo, com largura, altura e comprimento medindo, respectivamente, 150 cm, 180 cm e 540 cm. Se Agnaldo escolherá o tamanho das caixas de modo que sejam as maiores possíveis, mas que ao acomodá-las na caçamba, não fique sobrando nenhum espaço, é correto afirmar que cada caixa terá volume igual a

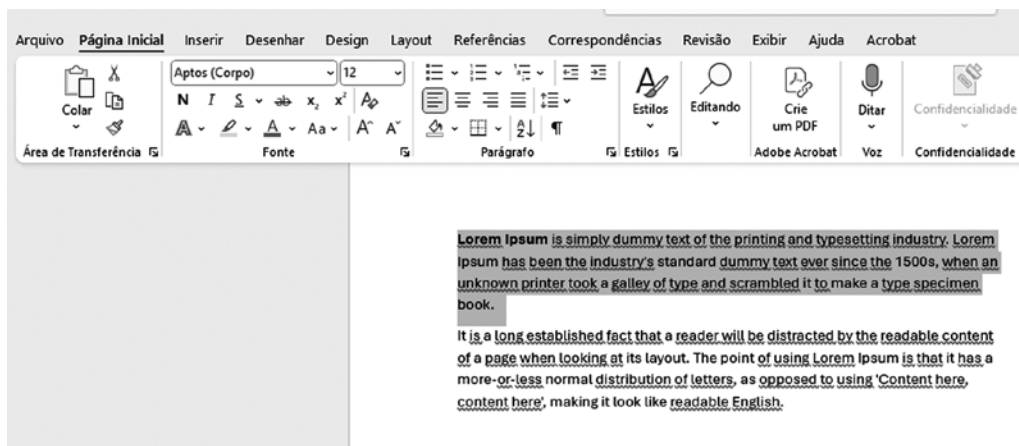
- (A)  $30.000 \text{ cm}^3$ .
- (B)  $3.000 \text{ cm}^3$ .
- (C)  $64.000 \text{ cm}^3$ .
- (D)  $27.000 \text{ cm}^3$ .
- (E)  $8.000 \text{ cm}^3$ .

16. Certo dia, três serviços foram realizados em uma oficina. A execução do serviço A levou 4.500 segundos, a do serviço B levou 42 minutos, e a do serviço C levou 2 horas e 13 minutos. Somando as durações desses 3 serviços, obtém-se

- (A) 4 horas e 10 minutos.
- (B) 3 horas e 10 minutos.
- (C) 3 horas e 40 minutos.
- (D) 2 horas e 50 minutos.
- (E) 2 horas e 30 minutos.

17. Certa semana, Josemar fez 3 viagens no trajeto A e 2 viagens no trajeto B. Nessa mesma semana, Carlos fez 5 viagens no trajeto C, apenas. Sabe-se que o trajeto B é 1 quilômetro maior do que o trajeto A, e que o trajeto C mede 1,9 quilômetro. Se naquela semana, em relação aos trajetos considerados, os totais percorridos por Josemar e por Carlos foram iguais, é correto afirmar que o trajeto A mede
- (A) 2,0 quilômetros.
  - (B) 1,8 quilômetro.
  - (C) 1,5 quilômetro.
  - (D) 1,2 quilômetro.
  - (E) 2,5 quilômetros.
18. Uma força-tarefa de fiscais verificou os números de extintores de incêndio presentes em 6 empresas, A, B, C, D, E e F. Constatou-se que as empresas A, B, C e D possuíam, juntas, 31 extintores; e que a empresa E possuía 5 extintores a mais que a empresa F. Ao calcularem a média aritmética simples dos números de extintores das 6 empresas, obtiveram como média o mesmo número de extintores que encontraram na empresa F. Com base nessas informações, é correto concluir que na empresa F havia
- (A) 10 extintores.
  - (B) 9 extintores.
  - (C) 12 extintores.
  - (D) 11 extintores.
  - (E) 8 extintores.
19. Ao analisar a planta de um apartamento, Reginaldo observou que a sala, em forma retangular, possuía o triplo da área do banheiro, em forma quadrada. Além disso, observou que o comprimento da sala era 2 metros maior do que o lado do banheiro, e a largura da sala, 1 metro maior do que o lado do banheiro. A soma das áreas da sala e do banheiro desse apartamento é igual a
- (A) 20 m<sup>2</sup>.
  - (B) 28 m<sup>2</sup>.
  - (C) 36 m<sup>2</sup>.
  - (D) 16 m<sup>2</sup>.
  - (E) 24 m<sup>2</sup>.
20. As numerações das casas em uma rua de bairro planejado seguem um padrão sequencial, cujos primeiros termos apresentamos a seguir:
- 1; 19; 37; 55; ...
- O 20º termo dessa sequência, correspondente ao número da 20ª casa dessa rua, é igual a
- (A) 359.
  - (B) 360.
  - (C) 361.
  - (D) 342.
  - (E) 343.

21. Um agente está editando um documento no Microsoft Word 365, em sua configuração padrão, conforme a tela a seguir:

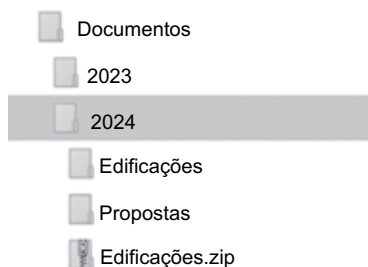


O agente foi incumbido de formatar apenas o primeiro parágrafo do texto com margem e espaçamento específicos.

Essa tarefa pode ser realizada?

- (A) sim, e a maneira mais simples de realizá-la, ou seja, com menos ações, é criar uma Seção para cada parágrafo, e formatar cada Seção de uma forma.
- (B) não, as formatações de parágrafo se aplicam sempre ao documento todo, não sendo possível cumprir a tarefa.
- (C) sim, e a maneira mais simples de realizá-la, ou seja, com menos ações, é formatar parágrafos individualmente a partir das opções da aba Layout.
- (D) sim, e a maneira mais simples de realizá-la, ou seja, com menos ações, é formatar parágrafos individualmente a partir das opções da aba Design.
- (E) sim, e a maneira mais simples de realizá-la, ou seja, com menos ações, é vincular os parágrafos a um item de Sumário para iniciar a formatação.

22. Observe a seguinte estrutura de arquivos no explorador de arquivos do Windows 11, ambos em suas configurações padrão:



Um servidor público selecionou a pasta “Edificações”, clicou com o botão direito e, em seguida, clicou na opção “Enviar para”, depois, “Pasta compactada”.

Após a execução dessa ação, é correto afirmar que

- (A) um arquivo com nome sugerido de “Edificações (2). zip” será criado na pasta 2024.
- (B) uma mensagem de erro será exibida.
- (C) o arquivo existente “Edificações.zip” será apagado e um novo arquivo será criado.
- (D) não será criado nenhum arquivo.
- (E) o arquivo “Edificações.zip” será sobrescrito na pasta 2024.

23. Um agente, utilizando o OneDrive em sua configuração padrão, deseja compartilhar um documento com dois colegas de outro setor que atualmente não possuem acesso a ele.

Assinale a alternativa cuja opção de compartilhamento fornecerá as permissões apenas a esses colegas, sem que o documento perca as permissões atuais.

- (A) Apenas Administradores da Organização.
- (B) Pessoas específicas.
- (C) Pessoas com acesso existente.
- (D) Pessoas em <Sua Organização> com o link.
- (E) Qualquer pessoa.

24. Suponha que João é servidor público do Município de Campinas e ocupa o cargo de agente de fiscalização, sendo ele o responsável por fiscalizar as calçadas do bairro Cambuí. Na última segunda-feira, João foi, acompanhado de seu neto Pedro, realizar as vistorias dos passeios públicos, mas, após o almoço, sentindo-se indisposto, resolveu ir para casa e incumbiu Pedro de terminar a fiscalização daquele dia. Pedro tem 21 anos e é estudante do curso de Engenharia Civil, mas não é funcionário público do município.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Estatuto do Servidor Público de Campinas, é correto afirmar que

- (A) se a atitude de João for considerada como falta de gravidade média, a ele será aplicada a pena de repreensão oralmente.
- (B) se a atitude de João for considerada grave, a ele poderá ser aplicada a pena de suspensão, que não excederá 30 (trinta) dias.
- (C) como Pedro tem mais de 18 (dezoito) anos e é estudante de Engenharia Civil, admite-se que excepcionalmente João possa repassar para ele o desempenho do cargo.
- (D) caso João apresente justificativa em até 48 (quarenta e oito) horas, a ele deverá ser aplicada a pena de advertência por escrito.
- (E) em face da transgressão de João, ele poderá ser demitido, e o ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade.

25. Suponha que Marcos recentemente tomou posse do cargo de agente de fiscalização no Município de Campinas, o qual tem carga horária semanal de 36 (trinta e seis) horas. Esse é o primeiro trabalho de Marcos e ele está com dificuldades de se adaptar ao horário, de forma que no primeiro semestre no cargo ele contabilizou 15 (quinze) faltas injustificadas.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto no Decreto Municipal nº 21.019/2020, que dispõe sobre o Programa de Avaliação Probatória do Servidor, é correto afirmar que

- (A) é necessária a avaliação da Comissão Permanente de Avaliação Probatória para a recomendação de exoneração, observado sempre o direito à ampla defesa e ao contraditório.
- (B) considerando a quantidade de faltas injustificadas, Marcos deverá ser exonerado a bem do serviço público, dispensando-se, nesse caso, a avaliação da Comissão Permanente de Avaliação Probatória.
- (C) para que Marcos tenha a sua exoneração recomendada, é preciso que ele tenha pelo menos 20 (vinte) faltas injustificadas.
- (D) em face da dificuldade apresentada por Marcos, ele deverá ser afastado para tratamento de saúde mental e encaminhado para avaliação ocupacional probatória, a qual só ocorrerá após o fim do tratamento.
- (E) Marcos terá sua exoneração recomendada apenas se as 15 (quinze) faltas injustificadas tiverem sido consecutivas.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. Na última segunda-feira, Luísa ateou fogo em uma área de mata atlântica, provocando a morte de animais e a destruição de nove hectares de mata nativa.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que

- (A) como a conduta de Luísa provocou danos em área inferior a dez hectares, ela é isenta de responsabilidade administrativa.
- (B) em face da conduta lesiva ao meio ambiente, Luísa estará sujeita a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.
- (C) a responsabilidade por danos ao meio ambiente se restringe às pessoas jurídicas, devendo Luísa ser responsabilizada apenas na esfera civil.
- (D) Luísa apenas será responsabilizada administrativamente se a conduta for configurada como ilícito penal.
- (E) caso Luísa repare os danos causados, ela estará isenta de responsabilidade administrativa e penal.

27. Suponha que José tem 21 anos, é analfabeto e que, no último sábado, pescou em período proibido e em local interdito pelo órgão competente.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei de Crimes Ambientais, é correto afirmar que

- (A) como José pescou durante o sábado, em local interdito e em período proibido, na fixação da pena deve ser considerada a circunstância agravante, pois o crime foi cometido no final de semana.
- (B) José somente teria cometido crime ambiental se tivesse pescado mediante a utilização de explosivos ou de substâncias tóxicas.
- (C) a conduta de José apenas configurará crime se ele tiver pescado espécies em extinção ou em tamanhos inferiores ao permitido.
- (D) a conduta de José constitui crime de ação penal pública incondicionada, devendo ser considerada a existência de circunstância atenuante, em face de sua escolaridade.
- (E) José está sujeito a pena de reclusão de dois a cinco anos e multa, podendo ser aplicada a suspensão condicional do processo.

28. Considere que Nonato, agente de fiscalização do órgão ambiental do Município X, verificou que, pelo terceiro mês consecutivo, Ivan foi flagrado transportando em seu caminhão madeira ilegal, o que configura crime ambiental. Em face de tal constatação, Nonato apreendeu o caminhão e a madeira e lavrou o respectivo auto.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei de Crimes Ambientais, é correto afirmar que

- (A) Nonato agiu em desconformidade com o que determina a legislação, pois não poderia ter apreendido nem o caminhão nem a madeira, pois são atos exclusivos do Poder Judiciário.
- (B) a madeira apreendida será vendida por meio de leilão, e o valor arrecadado utilizado para campanhas publicitárias de combate aos crimes ambientais.
- (C) a madeira apreendida será avaliada e doada a instituições científicas, hospitalares, penais e outras com fins beneficentes.
- (D) a madeira apreendida deverá ser levada a leilão, e o valor arrecadado revertido ao órgão ambiental do Município X, que repartirá o valor entre os agentes de fiscalização.
- (E) Nonato agiu em desconformidade com o que determina a legislação, pois não poderia ter apreendido o caminhão, mas apenas a madeira.

29. Suponha que Isabela, agente de fiscalização no âmbito do órgão ambiental do Município ABC, lavrou auto de infração em face de Bruno, aplicando a sanção de advertência, uma vez constatada infração administrativa de menor lesividade ao meio ambiente.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto nº 6.514/2008, assinale a alternativa correta.

- (A) Já que Isabela aplicou a sanção de advertência, a infração cometida por Bruno, para ser considerada de menor lesividade ao meio ambiente, tem multa consolidada que não ultrapassa o valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não excede o valor referido.
- (B) Uma vez aplicada a sanção de advertência por Isabela, haverá a automática exclusão da possibilidade de aplicação de outras sanções, em decorrência do princípio da vedação à dupla imputação.
- (C) Confirmada a aplicação da sanção de advertência a Bruno, veda-se a aplicação de nova sanção de advertência no período de cinco anos contados do julgamento da defesa da última advertência ou de outra penalidade aplicada.
- (D) A sanção aplicada por Isabela não está sujeita à confirmação pela autoridade julgadora, pois a agente de fiscalização é dotada de poder de polícia.
- (E) Ao lavrar o auto de infração, Isabela deverá observar a gravidade dos fatos e as consequências para a saúde pública e para o meio ambiente e antecedentes de Bruno, quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental, dispensando-se a análise da situação econômica do infrator.

30. A respeito das Áreas de Reserva Legal, assinale a alternativa que está de acordo com o Código Florestal.

- (A) No parcelamento de imóveis rurais, a área de Reserva Legal não poderá ser agrupada em regime de condomínio entre os adquirentes, sob pena de cometimento de infração administrativa.
- (B) A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, vedando-se qualquer forma de exploração econômica, uma vez presente o princípio da máxima efetividade do direito ambiental.
- (C) Em face do princípio da indisponibilidade do meio ambiente, veda-se a coleta de produtos florestais não madeireiros, tais como frutos, cipós, folhas e sementes nas áreas de Reserva Legal.
- (D) A inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal.
- (E) O manejo sustentável para exploração florestal eventual sem propósito comercial, para consumo no próprio imóvel, depende de autorização do órgão competente, sob pena da prática de crime ambiental.

31. Suponha que Julien, agente de fiscalização lotado na Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SVDS, em uma fiscalização de rotina, observou que Violeta e Filipe haviam construído uma casa em área ambientalmente protegida, o que deu início ao procedimento de ação fiscalizadora e culminou com a lavratura de um auto de infração para os dois. Após o regular processo administrativo sancionatório, com a observância do contraditório e da ampla defesa, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplicou a sanção de demolição.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Complementar nº Municipal 326/2021, é correto afirmar que

- (A) a penalidade de demolição revoga todas as eventuais licenças e autorizações ambientais concedidas anteriormente e provoca a imediata abertura de processo administrativo disciplinar em face do servidor público que concedeu a licença.
- (B) Julien agiu de maneira incorreta, pois os autos de infração deveriam ter sido lavrados individualmente, sendo um para Violeta e um para Felipe, e imputadas as sanções na medida da sua culpabilidade.
- (C) a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental não poderia ter aplicado a sanção de demolição, pois tal penalidade é aplicada exclusivamente pelo Secretário Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SVDS.
- (D) a demolição deverá ser obrigatoriamente feita pela Administração, em até 90 (noventa) dias corridos, sob pena da prática de improbidade administrativa.
- (E) em face do fato consumado, já que a casa estava construída, a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental não poderia ter aplicado a sanção de demolição, mas apenas a de advertência ou multa.

32. Considere que Alice é a proprietária de Linda, uma cadela de pequeno porte da raça *shihtzu*, que sempre foi muito bem cuidada, mas, há poucos dias, Alice perdeu o emprego e não tem mais condições de vaciná-la. Em face da situação financeira atual, Alice mudou-se para uma casa pequena, que tem portão frontal vazado, o que é muito apreciado por sua cachorra, já que passa o dia inteiro latindo e ameaçando os transeuntes e funcionários das empresas de água e luz.

Com base na situação apresentada e no disposto na Lei nº 15.449/2017, é correto afirmar que

- (A) em face da ausência de emprego de Alice, ela é dispensada de vacinar sua cadela contra a raiva, cinomose, leptospirose e parvovirose caninas, panleucopenia e rinotraqueíte.
- (B) como Linda é uma cadela de pequeno porte, dispensa-se a utilização da coleira e guia. Ainda que Alice esteja desempregada, é obrigada a vacinar a cachorra contra a raiva, cinomose e leptospirose, as quais são ofertadas gratuitamente pelo Poder Público Municipal durante a campanha de vacinação anual.
- (C) Alice é obrigada a recolher os dejetos de sua cachorra em saco plástico, o qual deve ser lacrado e descartado apenas nas lixeiras específicas, sob pena de advertência verbal.
- (D) caso Linda fuja pelas grades do portão, a ocorrência deve ser comunicada ao DPBEA, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas.
- (E) Alice é obrigada a instalar placas de advertência, em local visível ao público e de tamanho legível a distância, com dizeres que identifiquem a presença e periculosidade de Linda, sob pena de advertência formal por escrito, bem como multa.

33. Suponha que a Coordenadoria de Fiscalização Ambiental aplicou a penalidade de multa à Irene, mas ela deseja recorrer da decisão.

Com base no disposto no Decreto nº 19.844 de 17 de abril de 2018, é correto afirmar para Irene que ela deverá recorrer no prazo de

- (A) 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da notificação.
- (B) 30 (trinta) dias corridos, e será apreciado pela Junta Administrativa de Recursos.
- (C) 20 (vinte) dias úteis e, se o recurso for indeferido, ela deverá pagar a multa em até 30 dias.
- (D) 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da notificação, e que o recurso não terá efeito suspensivo.
- (E) 20 (vinte) dias corridos e, por se tratar de penalidade de multa, o recurso terá efeito suspensivo referente a essa penalidade.

**34.** A respeito Das Águas, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto no Código Civil.

- (A) O proprietário de nascente, satisfeitas as necessidades de seu consumo, pode impedir, ou desviar, o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- (B) É permitido a quem quer que seja, mediante indenização posterior aos proprietários prejudicados, construir canais, através de prédios alheios, para receber as águas a que tenha direito.
- (C) O proprietário tem direito de construir barragens, açudes, ou outras obras para represamento de água em seu prédio; se as águas represadas invadirem prédio alheio, será o seu proprietário indenizado pelo dano sofrido, deduzido o valor do benefício obtido.
- (D) O dono ou possuidor do prédio inferior não é obrigado a receber as águas que correm naturalmente do superior, podendo realizar obras que embarquem o seu fluxo.
- (E) A construção do aqueduto impedirá que os proprietários cerquem os imóveis e construam sobre ele e havendo no aqueduto águas supérfluas, outros não poderão canalizá-las, sob pena de enriquecimento sem causa.

**35.** Considere que Mariana é proprietária do único lote vago localizado na Rua dos Bandeirantes (com guias e sarjetas) em Campinas e, por não dispor ainda dos meios financeiros para construir seu imóvel, até hoje não pavimentou o passeio, pois acredita que só é obrigada a isso quando for requerer o Certificado de Conclusão da obra junto ao órgão competente.

Com base na situação hipotética apresentada e no disposto na Lei Complementar nº 09/2003, é correto afirmar que:

- (A) Mariana, por ser a proprietária do imóvel, é a responsável pela pavimentação do passeio e, além de outras recomendações, deve observar que as canalizações para escoamento de águas pluviais deverão passar sob os passeios, sendo vedado o despejo de águas pluviais sobre o passeio.
- (B) se houver alguma árvore de grande porte plantada na área do passeio, Mariana estará dispensada de realizar a pavimentação.
- (C) Mariana está certa, pois a pavimentação do passeio depende da prévia construção do imóvel.
- (D) ainda que o lote esteja vago, Mariana deveria ter pavimentado o passeio, com o material de sua livre escolha, ainda que o piso ficasse escorregadio quando molhado, pois é dever do pedestre ter cautela ao trafegar.
- (E) Mariana já deveria ter pavimentado o passeio, utilizando-se, para tanto, do material de sua preferência, com exceção do concreto, o qual é proibido expressamente pela legislação.

**36.** Suponha que João é agricultor, tem baixo nível de escolaridade, e, em virtude dos problemas ocasionados pela seca do último ano, resolveu queimar toda a sua plantação de arroz, já que a safra não iria prosperar. João empregou fogo para limpar o terreno de cinco hectares – o que fugiu do seu controle, provocando um incêndio em nove hectares –, para, em seguida, iniciar a plantação de milho.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Municipal nº 16.024/2020, é correto afirmar que:

- (A) João só seria penalizado se o fogo tivesse se alastrado por mais de dez hectares.
- (B) João está sujeito a multa no valor correspondente a 5.000 (cinco mil) Unidades Fiscais de Campinas – UFICs por hectare queimado.
- (C) em virtude do baixo nível de escolaridade de João, a ele não será imputada qualquer penalidade pelo emprego de fogo.
- (D) como a safra de arroz não iria prosperar em virtude da seca, admite-se, nesse caso, o emprego do fogo para limpeza do terreno.
- (E) em virtude do baixo nível de escolaridade de João e da justificativa por ele apresentada para utilizar o fogo, a ele não será imputada multa pela prática proibida.

**37.** Considere que no mês de junho houve uma queimada de grandes proporções no Município de Campinas, a qual assolou o Bairro do Taquaral, destruindo o parque e diversas casas. Com o fim de combater o fogo e limitar os danos, a Defesa Civil deseja, em caráter de urgência, captar recursos hídricos em próprios municipais.

Com base na situação apresentada e no disposto na Lei Municipal nº 16.024/2020, é correto afirmar que

- (A) a Secretaria Municipal do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável tem 30 (trinta) dias para emitir a licença ambiental necessária.
- (B) para a execução do que a Defesa Civil deseja, fica dispensado o licenciamento pelo órgão ambiental competente.
- (C) é proibida a captação de recursos hídricos em próprios municipais.
- (D) para que a Defesa Civil consiga, legalmente, captar os recursos hídricos em próprios municipais, precisa previamente obter autorização do Governador do Estado.
- (E) a captação de recursos hídricos em próprios municipais apenas é admitida se o Prefeito do Município de Campinas decretar estado de calamidade pública.

- 38.** Suponha que Lúcia é proprietária de um terreno baldio localizado no Bairro Ouro Verde, na zona urbana do Município de Campinas. Lúcia passou seis meses morando na França e, quando retornou para o Brasil, constatou que seu terreno estava sendo utilizado como depósito de lixo doméstico e entulho.
- Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Municipal nº 11.455/2002, é correto afirmar que:
- (A) Lúcia poderá utilizar-se de “queimada” ou de produtos químicos para a limpeza do terreno.
  - (B) se Lúcia for notificada e resolver interpor defesa, caberá ao Prefeito do Município de Campinas a análise do recurso.
  - (C) se Lúcia for notificada, ela poderá interpor defesa, por escrito, ao setor competente, no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação.
  - (D) constatada a irregularidade, Lúcia será notificada, oralmente, a fim de que, em até 120 (cento e vinte) dias, proceda à regularização.
  - (E) quando o agente de fiscalização notar a irregularidade, deverá imediatamente impor o pagamento de multa à Lúcia, o qual deve ser realizado em até 30 (trinta) dias.
- 39.** Suponha que Daniel é proprietário de um terreno com faixa de viela sanitária, mas ele não está evitando ações que prejudiquem o regime e o curso das águas pluviais e, após processo administrativo no qual foi assegurada a ampla defesa e o contraditório, a ele foi imputada multa.
- Com base na situação apresentada e no disposto na Lei nº 11.468/2003, é correto afirmar que
- (A) Daniel não comete qualquer irregularidade, pois faixa de viela sanitária é aquela instituída nos lotes para escoamento de esgoto e não de águas pluviais.
  - (B) a Daniel não pode ser imputado qualquer multa, pois compete à Prefeitura de Campinas evitar ações que prejudiquem o regime e o curso das águas pluviais.
  - (C) Daniel tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para pagar a multa, sob pena de ser preso automaticamente.
  - (D) se Daniel pagar a multa imputada a ele pelo desrespeito à Lei, não estará isento do cumprimento das disposições da legislação.
  - (E) Daniel não comete qualquer irregularidade, pois é a SANASA que está obrigada a evitar ações que prejudiquem o regime e o curso das águas pluviais.
- 40.** De acordo com a Lei Municipal nº 11.455/2002, o custo do serviço executado pela Municipalidade será acrescido de
- (A) 20% (vinte por cento) como adicional relativo à administração.
  - (B) 05% (cinco por cento) como adicional relativo à administração.
  - (C) 07% (sete por cento) como adicional relativo à administração.
  - (D) 10% (dez por cento) como adicional relativo à administração.
  - (E) 15% (quinze por cento) como adicional relativo à administração.
- 41.** Fiona, residente do município de Campinas/SP, pretende empreender em seu bairro, por identificar uma carência de serviços mais voltados ao público da terceira idade. Para decidir qual imóvel deverá alugar, procura a Prefeitura para saber quais são as condições para a emissão de alvará de uso de edificações. Fábio, responsável pelo atendimento, poderá informar de maneira correta à Fiona, com base na Lei Municipal nº 11.749/03, que
- (A) o Alvará de Uso permanente ou provisório só pode ser emitido para imóveis que tenham Certificado de Conclusão de Obras.
  - (B) não poderá obter Alvará de Uso Provisório ou Definitivo, caso pretenda exercer atividade comercial em um loteamento clandestino.
  - (C) após o requerimento, a Prefeitura Municipal de Campinas terá 60 (sessenta) dias para expedir o alvará, vedada a prorrogação de prazo.
  - (D) não precisará obter Alvará de Uso, caso desenvolva a sua atividade em imóvel público.
  - (E) o Alvará de Uso pode, excepcionalmente, ser concedido para atividade não prevista no zoneamento onde o imóvel estiver localizado, desde que tal atividade, devidamente comprovada por autoridade competente, seja de interesse público e social, devendo, se for o caso, ser firmado Termo de Ajuste e Compromisso antes da concessão do alvará citado.

**42.** Considere a seguinte situação hipotética:

Uma entidade religiosa pretende realizar evento em área pública, utilizando um trio elétrico, e busca orientação para saber quais procedimentos deverão ser adotados, de acordo com a legislação. Maria, servidora pública do Município de Campinas/SP, poderá informar, de maneira correta, com base na Lei Complementar nº 356/22, que:

- (A) caso se trate de evento religioso, a entidade não precisa de alvará para realizar o encontro.
- (B) o licenciamento do evento dependerá de autorização da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo e anuência da EMDEC, independentemente do número de participantes.
- (C) o evento não pode ser realizado, pois a legislação impede o uso de trios elétricos em espaços públicos, no Município de Campinas/SP.
- (D) se o evento for realizado em uma praça pública, a entidade deverá apresentar uma consulta a Secretaria de Serviços Técnicos Gerais, que avaliará se o encontro tem o potencial de danificar o patrimônio público.
- (E) a realização do evento precisa ser precedida de alvará municipal, ainda que decorra do exercício da liberdade de reunião.

**43.** Com base no Decreto Municipal nº 22.556/22, que trata da dispensa de exigência de atos públicos de liberação para operação ou funcionamento para as atividades de baixo risco, “baixo risco A”, risco leve, irrelevante ou inexistente, assinale a alternativa correta.

- (A) As empresas que desenvolvem atividade de baixo risco ou risco médio estão, necessariamente, dispensadas de obter Alvará de Uso para funcionar.
- (B) a atividade pode ser considerada como de baixo risco ou irrelevante, desde que exercida na residência do empreendedor.
- (C) o enquadramento da empresa como de baixo risco ou “baixo risco A” será reconhecido pelo poder público, mediante o prévio pagamento de taxa prevista em lei.
- (D) as empresas de “baixo risco A” podem desenvolver atividade em qualquer horário, excluídos feriados.
- (E) observadas as condições legais, as empresas com atividades enquadradas como de risco leve ou irrelevante terão o direito de desenvolver atividade em qualquer dia da semana.

**44.** Guma, um pescador conhecido por sua habilidade em navegar em rios, quer comemorar os bons resultados do mês de trabalho com seus amigos Manuel e Francisco, em um bar às margens do rio Atibaia, em Campinas/SP. O bar pertence a Rosa, empresária que recebe muitas reclamações dos vizinhos por causa da música alta que geralmente toca no local. Incomodada com a situação, Lívia, moradora da região, entra em contato com a Prefeitura de Campinas/SP para reclamar do que considera ser poluição sonora.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Municipal nº 14.011/11, o(a) fiscal do Município

- (A) não pode aplicar qualquer sanção, caso o estabelecimento possua alvará de funcionamento.
- (B) deve aplicar sanção à Rosa, salvo se ela não for a proprietária do imóvel em que funciona o bar.
- (C) não pode interditar o estabelecimento, por falta de autorização em Lei.
- (D) pode aplicar a multa em dobro, caso o estabelecimento seja reincidente, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas na Lei.
- (E) não pode adotar qualquer providência de maneira imediata, pois compete à Guarda Municipal realizar esse tipo de fiscalização.

**45.** Considere que João é locatário de um imóvel (possuidor) e combinou com o proprietário que fará uma reforma, para adaptá-lo a chegada de um novo filho na sua família. Dentro do projeto, está prevista também a construção de uma piscina, que será custeada de maneira igual por proprietário e locatário.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Complementar nº 09/03, é correto afirmar que:

- (A) para a reforma, João, enquanto possuidor do imóvel, poderá solicitar a emissão do Alvará de Aprovação.
- (B) caso seja concedido alvará de execução para a reforma e a construção da piscina, mas a obra seja desvirtuada, caberá a sua cassação, assegurada ao proprietário e ao possuidor uma indenização pelo que tiver gasto até então na obra.
- (C) João e o proprietário não precisam solicitar alvarás para a realização da reforma ou construção da piscina, quando comprovado que as obras não têm a capacidade de produzir impacto sobre imóveis de terceiros.
- (D) João não poderá apresentar Alvará de Aprovação e Execução, pois os pedidos devem ser protocolados pelo proprietário do bem.
- (E) para a reforma, será necessária a expedição de um Alvará de Aprovação e de Alvará de Execução, que não poderão ser solicitados de forma concomitante.

46. Hilca, engenheira civil, foi convidada juntamente com a sua equipe para a construção de uma casa, no Município de Campinas/SP. No contato com o proprietário e antes de estimar o cronograma para a execução da casa, precisa saber em que dias e horários está autorizada a utilizar máquinas e aparelhos na construção, motivo pelo qual procura a Prefeitura para obter essa informação.

Com base nessa situação hipotética e no disposto na Lei Municipal nº 11.642/2003, é correto afirmar que a utilização de máquinas ou aparelhos em construção, devidamente licenciadas e que não ultrapassem os níveis de decibéis autorizados, podem funcionar entre as

- (A) 07:00 e 18:00 horas (de segunda a sexta-feira).
- (B) 08:00 e 18:00 horas (de segunda a sábado).
- (C) 07:00 e 19:00 horas (de segunda a sexta-feira).
- (D) 08:00 e 17:00 (de segunda a sexta-feira).
- (E) 07:00 e 17:00 horas (de segunda a sábado).

47. Considere que Maria comprou na loja Tudo de Casa uma chaleira elétrica da marca Fervendo e, 30 (trinta) dias após o uso regular do produto, ao ferver água, a chaleira explodiu, provocando queimaduras de grau médio nas mãos de Maria. O produto é de origem nacional, sendo a fabricante a empresa Eletrônicos Ltda.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- (A) a empresa Eletrônicos Ltda. é responsável pelo fato do produto e só não será responsabilizada se provar a culpa exclusiva de Maria ou de terceiro, que o defeito inexistia ou que não colocou o produto no mercado.
- (B) Maria sofreu acidente de consumo e a loja Tudo de Casa deverá indenizar Maria pelos danos suportados.
- (C) o produto não pode ser considerado defeituoso, pois estava sendo usado regularmente há 30 (trinta) dias.
- (D) se o vício não for sanado pela empresa Eletrônicos Ltda. no prazo máximo de 15 (quinze) dias, Maria poderá exigir a substituição do produto por outro da mesma espécie.
- (E) considerando que a chaleira é um produto durável, Maria tem o prazo decadencial de 30 (trinta) dias para reclamar pelos vícios do produto.

48. Suponha que durante a *Black Friday* o site [www.maisbeleza.com.br](http://www.maisbeleza.com.br) anunciou que todos os batons da marca Puro Brilho que custavam R\$ 200,00 estavam por R\$ 80,00, o que ocasionou grande procura dos consumidores e venda total do estoque. No entanto, após 30 (trinta) dias do prazo estipulado para a entrega dos produtos, a empresa arrependeu-se dos descontos dados e cancelou todos os pedidos, o que gerou indignação por parte dos consumidores.

Com base na situação hipotética e no disposto no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- (A) como na oferta os batons estavam sendo oferecidos por menos da metade do valor, a fornecedora não é obrigada a cumpri-la.
- (B) os consumidores podem exigir o cumprimento forçado da obrigação, nos termos da oferta.
- (C) como a oferta se deu durante a *Black Friday*, não há obrigatoriedade da loja de manter o desconto.
- (D) se a fornecedora enviar batons de outra marca, os consumidores não poderão aceitar o produto equivalente.
- (E) a fornecedora não é obrigada a cumprir a oferta, desde que justifique que tal fato ocorreu devido a erro de digitação no site da empresa.

49. Considere que Lourdes, consumidora, solicitou correção dos seus dados cadastrais no Banco de Dados ABC, mas Luísa, responsável por realizar a modificação, exigiu o pagamento de um salário mínimo para tanto. Após o pagamento da quantia, Luísa procedeu à alteração, mas deixou de comunicar à Lourdes, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, as correções cadastrais solicitadas.

Com base na situação hipotética e no disposto no Decreto nº 2.181/1997, é correto afirmar que:

- (A) Luísa tem até 15 (quinze) dias úteis para comunicar à Lourdes as correções cadastrais solicitadas.
- (B) o fornecedor tem o prazo de 30 (trinta) dias para comunicar ao consumidor sobre as correções cadastrais solicitadas, e o valor a ser pago para realizar tal pedido é fixado livremente pelo banco de dados.
- (C) há apenas uma prática infrativa, pois dispensa-se a comunicação ao consumidor após a realização das alterações.
- (D) em face das práticas infrativas sofridas, Lourdes deverá apresentar reclamação, a qual é obrigatória para dar início ao processo administrativo sancionador.
- (E) na situação apresentada, há duas práticas infrativas.

50. Nos termos do Decreto nº 2181/1997, o representado poderá impugnar o ato que instaurar o processo administrativo sancionador no prazo de

- (A) 45 (quarenta e cinco) dias.
- (B) 30 (trinta) dias.
- (C) 60 (sessenta) dias.
- (D) 20 (vinte) dias.
- (E) 90 (noventa) dias.

## REDAÇÃO

### TEXTO 1

O serviço de mototáxi surgiu no Brasil como alternativa de transporte por sua rapidez no deslocamento, baixas tarifas e acessibilidade. Moradores de bairros das periferias de grandes cidades – os que vivem em comunidades, por exemplo – relatam com frequência que motoristas de aplicativos não vão até suas casas. O serviço de motocicleta, nessa situação, torna-se um dos únicos meios de transporte possíveis.

A Prefeitura de São Paulo manifesta preocupação com a possibilidade de retorno do transporte de passageiros por moto, apesar de essa modalidade não ser nova no Brasil. Dados oficiais mostram que o aumento de mortes no trânsito, na capital paulista, em 2024, foi puxado por acidentes com moto. Foram registrados 935 óbitos de janeiro a novembro do último ano – crescimento de quase 13% em relação ao mesmo período de 2023.

Relatório de 2024, produzido por um grupo de trabalho criado pela Prefeitura de São Paulo, associa o transporte de moto a riscos à saúde pública. O texto afirma que a exploração comercial dessas caronas levaria a um aumento de circulação de motocicletas na cidade, gerando preocupação para a segurança no trânsito. A modalidade “não se mostra aderente aos elementos de segurança viária em face da realidade da cidade de São Paulo”, segundo o documento.

(Mariana Vick, *Qual o cenário do serviço de mototáxi no Brasil*. 15.01.2025. Disponível em: [www.nexojournal.com.br](http://www.nexojournal.com.br). Adaptado)

### TEXTO 2

Uma pesquisa mostrou que 72% dos paulistanos são a favor da oferta do serviço de moto por aplicativo para transporte de pessoas na cidade de São Paulo. Os dados mostram que 76% dos moradores de São Paulo já andaram de moto alguma vez na vida, sendo 59% deles como passageiros, o que representa 6,8 milhões de paulistanos. Foram ouvidas 2.048 pessoas na cidade de São Paulo entre os dias 17 e 20 de janeiro.

De acordo com o estudo, 80% dos entrevistados concordam que essa forma de transporte é uma opção mais acessível para quem vive em regiões afastadas, de difícil acesso ao transporte público.

De acordo com o presidente do Instituto Locomotiva, Renato Meirelles, a mobilidade é um desafio para os paulistanos de baixa renda, especialmente para quem mora na periferia e bairros mais distantes, limitando o acesso a oportunidades. “O transporte por motos por aplicativo cresce como demanda da população em uma cidade com as proporções que São Paulo tem e onde o transporte público dá conta apenas de uma parte do recado. São mulheres e homens que têm que andar ainda meia hora, 40 minutos, do terminal de ônibus até a porta da sua casa”, afirmou.

(Flávio Albuquerque. *Maioria dos paulistanos aprova mototáxi por aplicativo, diz pesquisa*. 27.01.2025. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Adaptado)

### TEXTO 3

Aumentar o número de motociclistas profissionais em São Paulo é uma imprudência. O maior problema de segurança no trânsito do Brasil é o aumento expressivo de acidentes graves ou fatais de motociclistas. Enquanto o País reduz casos com carros, o número geral não caiu por causa das motos. Com isso, estaremos mais distantes da meta assumida com a Organização das Nações Unidas para reduzir essas mortes.

São ocorrências com custo social elevado. Pesquisas apontam que, em geral, a vítima tem de 20 a 35 anos. E com hospitais abarrotados de pessoas que sofreram acidentes de moto reduzem a chance de socorro a outros pacientes, além de a recuperação ser lenta.

(Flaminio Fichmann. *Liberar mototáxi em SP aumenta risco de acidentes e lentidão no trânsito*. 14.09.2019. Disponível em: <https://mobilidade.estadao.com.br>. Adaptado)

Com base nos textos apresentados e em seus próprios conhecimentos, escreva um texto dissertativo-argumentativo, empregando a norma-padrão da língua portuguesa, sobre o tema:

## USO DE MOTOTÁXI NAS GRANDES CIDADES: ENTRE A COMODIDADE PARA A POPULAÇÃO E O AUMENTO DE ACIDENTES

## REDAÇÃO

Os rascunhos não serão considerados na correção.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	

RASCUNHO

**NÃO ASSINE ESTA FOLHA**





